



## **Cartografia potencial da cidade: novos mapas para Juiz de Fora – MG**

Isadora Carraro Tavares Monteiro<sup>1</sup>

### **Resumo**

O que os mapas e outros dispositivos cartográficos de Juiz de Fora dizem sobre sua história? Quais narrativas orientaram os mapeamentos da cidade e quais permanecem por serem mapeadas? O artigo pretende elaborar um breve repertório da cartografia em torno da cidade da Zona da Mata mineira, analisando os interesses por trás de seus recortes e representações e associando criticamente a produção destes dispositivos cartográficos tanto com o discurso oficial sobre a história da cidade, quanto com as novas narrativas e práticas de leituras sobre o território. Para além deste levantamento histórico, o artigo também analisa práticas contracartográficas em curso, realizadas por coletivos, artistas e movimentos sociais, com o objetivo de dar a ver outras formas de vida e outras possibilidades de espacialização da história de Juiz de Fora. Entre essas iniciativas, destacam-se o projeto de arte-educação urbana *Cartografias Afetivas* e a caminhada *Juiz de Fora Negra* como experimentações espaciais dissidentes e, em alguns casos, fabulatórias do território. A ideia de história potencial, de Ariella Azoulay (2019), é um importante orientador metodológico para a análise e o embasamento para a noção de cartografia potencial.

Palavras-chave: Cartografia, Práticas Espaciais, História da Cidade, Juiz de Fora.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

## **Introdução**

Em minha primeira visita ao Arquivo Histórico de Juiz de Fora, fui guiada por Elione Guimarães e Henrique Lacerda — os funcionários-guardiões do arquivo — em um tour completo pelo acervo. Após passarmos por muitas prateleiras e caixas, chegamos a uma sala central onde um enorme mapa cadastral do início do século XIX, caindo aos pedaços, estava desenrolado sobre a mesa, protegido por dois cobertores estampados, que pareciam ter saído de uma casa de vó. A tecnologia improvisada tinha por objetivo a conservação do mapa (seu papel e suas cores) enquanto uma forma melhor de armazenamento não chegava. Essa cena, além de ter ficado guardada no arquivo da minha memória como um exemplo das artesanias de cuidado que podem existir até mesmo dentro dos arquivos institucionais, me fez pensar nos porquês de guardarmos com tanto afincamento um documento cartográfico que já não tem serventia se precisarmos nos orientar pela cidade. O que aquele mapa, com seus vincos, furos feitos por traças e cores desbotadas tem a dizer sobre essa cidade que ele já não representa fielmente?

Juiz de Fora, diferente das capitais e cidades planejadas do Brasil, não possui uma grande quantidade de documentos cartográficos do século XIX ou da primeira metade do século XX. Os mapas desse período que aparecem nos livros e em publicações acadêmicas sobre a cidade são quase sempre os mesmos e há poucas informações sobre os seus contextos de produção. Há, no entanto, uma comunicação direta entre esses mapas e plantas e a construção das narrativas em torno da urbanização de Juiz de Fora e, posteriormente, na forma com que a historiografia da cidade retrata esse período. Esse caráter de documento que os mapas ganham na interlocução com a história e no contexto do arquivo explica, em parte, o zelo de Elione e Henrique na manutenção da planta cadastral. Mas, para além do seu status de “evidência histórica”, que outras histórias esses documentos cartográficos podem contar? Se os examinamos (ou os produzimos) sem ter em mente as pretensões de exatidão, precisão e fixidez que costumam rondar o exercício cartográfico, o que podemos encontrar?

Renata Marquez, refletindo sobre a relação entre espaço e representação e sobre seus atravessamentos com a arte e a ciência, afirma que “o mapa, como testemunha a sua história ilustrada, foi concebido sempre como uma forma de relato, seja ele uma cartografia mítica ou colonizadora” (Marquez, 2019, p. 28). Mapas falam e seus relatos

— registrados através das escolhas de enquadramento, escala, ponto de vista, nomeações e ausências — dizem sobre as disputas em torno da cidade e das narrativas sobre seu território. Se entendemos o espaço como a simultaneidade de *stories so far* que propõe Doreen Massey (2008), o mapa, já não confinado à esfera da geografia, se torna um instrumento de narração, um dispositivo que comporta, sim, o papel da “evidência histórica”, mas que também pode se contaminar de fabulações, afetos e subjetividades.

Durante minha pesquisa de mestrado, analisei as narrativas cartográficas, histórias que têm potência de mapa, que traçam o espaço através das palavras. Neste artigo, proponho algo parecido, mas no caminho inverso: procuro nos mapas (e nas práticas envolvidas em sua produção) as histórias neles inscritas. Para isso, defino dois movimentos, inscritos em contextos temporais diferentes: no primeiro, volto aos mapas do passado e analiso as escolhas de enquadramento e representação, associando-os às narrativas que atravessam sua produção e sua leitura, à procura do que eles podem dizer sobre a cidade e sua história. No segundo, proponho um salto temporal e procuro pelos mapeamentos *outros* que estão sendo produzidos hoje, a partir de lugares diferentes e pela mão de novos cartógrafos, práticas de cartografia potencial que encontram no mapa um lugar para o relato de vivências, afetos e outros olhares para a cidade.

Para a primeira parte da tarefa, mobilizo dois mapas do século XIX: o atribuído a Henrique Halfeld e datado de 1853 e o produzido pelo engenheiro Gustavo Dodt, em 1860. Utilizo-os como uma forma de introduzir parte das disputas em torno da historiografia da cidade e também para abrir caminho para os questionamentos que nos permitam olhá-los de outras formas. Para a segunda parte da tarefa, me concentro nas iniciativas coletivas que cartografam a cidade hoje. A que servem esses novos mapeamentos? Por quem e na companhia de quem eles são produzidos? Que movimentos eles propõem no inevitável diálogo entre mapas e história? Para tentar responder essas questões, dialogo com dois projetos que propõem esses outros mapeamentos contemporâneos: a caminhada *Juiz de Fora negra*, uma proposta de navegação pelo centro focada nas vivências e memórias negras da cidade; e o projeto *Cartografias Afetivas*, projeto de arte-educação urbana que tem ido às escolas da periferia juiz-forana à procura de novos cartógrafos.

## **Interrogando os mapas**

Segundo Machado, Loures e Costa (2022), entre 1853 e 1893 foram produzidos, pelo menos, seis documentos cartográficos sobre Juiz de Fora. Destes, apenas dois já faziam parte do meu repertório de mapas da cidade: o primeiro (figura 1), comumente atribuído ao engenheiro Henrique Halfeld e datado de 1853<sup>2</sup>, e o segundo (figura 2), atribuído ao engenheiro Gustavo Dodt, de 1860. Além desses dois, há também duas plantas cadastrais (uma de 1883, que conheci na minha visita ao arquivo, e uma 1884, da qual não se sabe o paradeiro), uma planta topográfica de 1893, produzida pela Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital (Juiz de Fora foi uma das cinco localidades no páreo), e uma planta que apresenta o parcelamento do solo que seria destinado aos colonos alemães que trabalharam na construção da União & Indústria. Para o exercício de reflexão que proponho aqui, focarei as análises apenas nos dois primeiros.

---

<sup>2</sup> Machado, Melo e Caraméz (2022) questionam a autoria atribuída a Halfeld e também o ano de 1853 como data da produção do documento. Pesquisas em andamento indicam que o mapa pode ter sido encomendado por Mariano Procópio e sido executado em 1854.



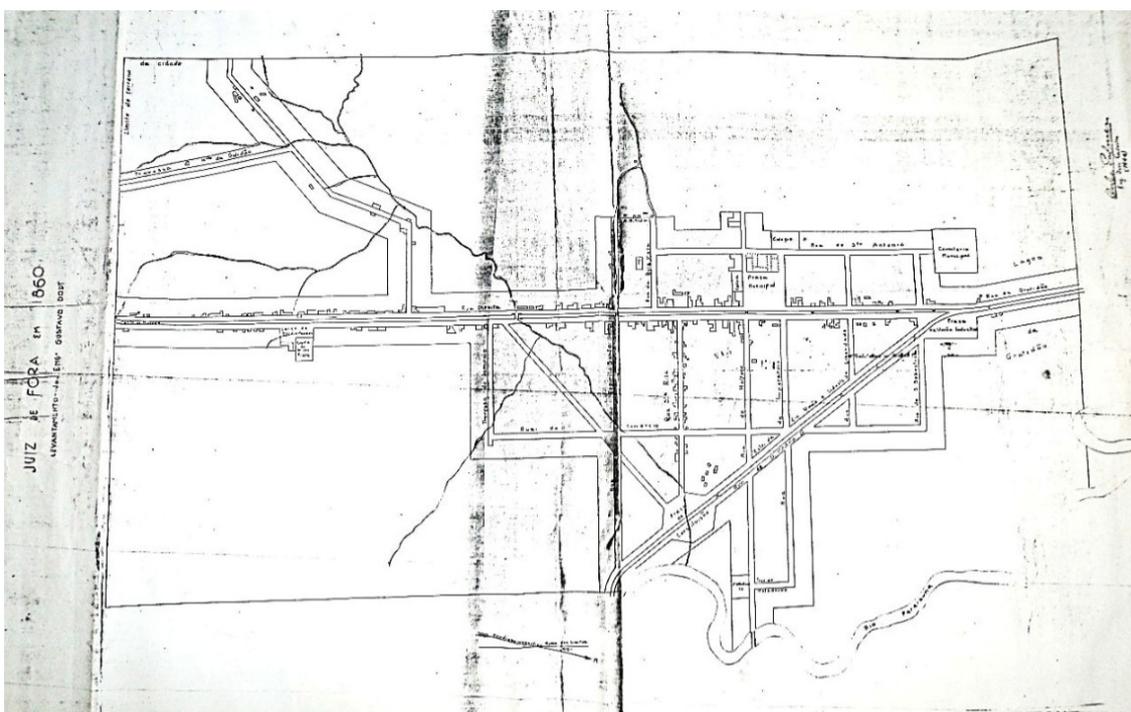


Figura 2: Planta cadastral de Juiz de Fora desenvolvida por Gustavo Dodt, de 1860. Além de um registro da malha urbana existente, Dodt também insere novos elementos, o que seria um primeiro gesto de planejamento urbano registrado em mapa.

Fonte: Machado, Melo e Caraméz, 2022.

O primeiro mapa é uma espécie de croqui das vias que delimitavam o território, com especial atenção para as estradas que o atravessam. Cruzando o meio do papel com uma linha grossa, a representação do Rio Paraibuna se torna o grande ordenador gráfico das informações: acima dele, é possível ver o traçado do Caminho Novo (nomeado “Estrada Velha”), um pequeno retângulo indicando a Fazenda de Juiz de Fora e, no topo do mapa, à direita, o nome Boiada, que se refere à localidade que um dia abrigou a parada de tropeiros que atendia o fluxo entre as minas e a Corte; abaixo do rio, vemos o traçado da “Estrada Actual”, também chamada Estrada do Paraibuna, construída por Henrique Halfeld. Em seu entorno, é possível ver a Casa e o Largo da Câmara, a Rua Califórnia, a Igreja Matriz e algumas edificações pontuais. Entre o Rio e a estrada de Halfeld, temos o tracejado, ainda tímido, do que se tornaria a Estrada União & Indústria,

empreendimento de Mariano Procópio que acompanhava o traçado do rio e criava um novo vetor de ocupação para a cidade.

O segundo mapa se aproxima de uma planta cadastral e retrata uma região muito mais limitada em comparação com o anterior. Sua produção foi encomendada pela Câmara em comemoração à elevação da vila à cidade e à posterior abertura de muitas novas ruas (Machado, Melo e Caraméz, 2022). A planta de Dodt é a primeira em que o triângulo central formado pela União & Indústria e a Rua Direita (antiga Estrada do Paraibuna, de Halfeld) começa a tomar forma. Outra particularidade deste registro é seu caráter híbrido de levantamento e projeto: a Câmara havia pedido que Dodt desenhasse “a cidade tal qual ela se acha edificada e, de combinação com a Comissão da Câmara, [traçasse] o plano da mesma tal qual deva ser para o futuro edificada” (Oliveira, 2023, p. 76). Esse pedido gera um documento interessante sobre o que se desejava para o futuro do espaço urbano, uma espécie de imagem congelada do sonho de cidade que rondava a imaginação daqueles que tinham poder de decisão sobre os espaços de Juiz de Fora.

Avizinhar esses dois mapas, separados apenas alguns anos no tempo, proporciona uma espécie de “comprovação cartográfica” do movimento feito pela historiografia local para narrar as origens e os deslocamentos que conformaram os primeiros anos da Vila do Santo Antônio do Paraibuna (o primeiro nome de Juiz de Fora). Os elementos representados “acima” do Rio Paraibuna no primeiro mapa — o Caminho Novo, a Fazenda de Juiz de Fora e o Morro da Boiada — indicam o local em que as primeiras ocupações permanentes da região aconteceram. Foi na margem esquerda do Rio que os primeiros movimentos de conformação da cidade começaram a surgir (especialmente com a parada de tropeiros) e foi também a partir dali que Henrique Halfeld visualizou as possibilidades existentes nos terrenos da margem direita, pantanosos e ainda pouco explorados. Seus planos para Juiz de Fora eram “do lado de lá”, às margens de sua estrada, uma cidade que seria concebida do zero para acompanhar os novos tempos da província. A cidade (ou pelo menos a elite, que acompanhou Halfeld) migrou para a outra margem e os vestígios da ocupação em torno do caminho novo desaparecem dos registros cartográficos e também da narrativa histórica que começa a se conformar no início do século XX. O morro da boiada é quase

sempre citado no registro da lenda, uma parte da história para qual há poucas evidências.

Essa cidade da margem esquerda do Rio desaparece já na planta de Dodt, que define os limites da verdadeira Juiz de Fora ignorando as ocupações além-rio. Esse movimento de “abandono das origens” que parece proposital também pode ser observado no registro de Paulino de Oliveira (2023 [1953]) no livro *História de Juiz de Fora*, que relata um episódio em que o Governo da Província pede informações “acerca de aldeamentos que foram fundados em seu Município e deixaram de existir de fato, em data recente ou remota por se haverem dispersado seus habitantes ou fundido nas outras classes da população” (Oliveira, 2023, p. 125), questionamento ao qual a Câmara responde de forma negativa, optando por não dizer sobre o povoamento da Boiada.

Apesar de ser difícil definir as razões para essa decisão de apartar a cidade de suas raízes do outro lado do rio, é possível, através dos mapas, relacionar essa divisão a um sentimento de folha em branco, da possibilidade de registrar no papel a Juiz de Fora “planejada”, construída do zero no terreno pantanoso da margem direita, através do “corajoso empreendimento” do engenheiro Halfeld. A diferença entre o mapa de 1853 e o de 1860 também transparecem uma mudança de sentimento para com o território: uma transição do mapa para a planta, do povoado surgido “ao acaso” devido ao caminho do ouro para a cidade dinâmica que crescia a olhos vistos, agora conectada a renda do ouro verde, o café. Um deslocamento geográfico e simbólico que tem o rio como eixo e que ficou impresso no mapa, servindo de embasamento para a construção da história oficial.

Os mapas que se seguem após a planta de Dodt seguem a tendência: em nenhum deles, até o fim do século XIX, tem-se registro das ocupações em torno do Caminho Novo. Os novos mapas se ocupam, ao contrário, de registrar os avanços de Juiz de Fora e também da nova centralidade gerada pela Estrada União & Indústria, empreendimento de Mariano Procópio que passa ao largo da cidade de Halfeld, em um gesto que deixa marcada no tecido urbano da cidade a rivalidade entre os dois “pioneiros”.

Essa tentativa de contar um fragmento da história da cidade através dos mapas (e do que eles falham em cartografar) é apenas um exercício de reflexão para que as perguntas que realmente importam possam emergir: se os mapas do século XIX estavam preocupados em registrar no papel as investidas e as disputas de seus fazendeiros-engenheiros na construção da Juiz de Fora moderna, o que permaneceu não mapeado? O

que existia e quem vivia para fora das bordas e enquadramentos dos documentos cartográficos que habitam as mapotecas dos arquivos juiz-foranos? Diferente dos mapas medievais, que preenchem com dragões e outros bichos mitológicos os espaços desconhecidos e misteriosos do território, os mapas de Juiz de Fora optam pelo espaço em branco para representar (ou não representar) as ocupações que não encaixavam ou não interessavam à narrativa de cidade pioneira. É interessante pensar, por exemplo, que a produção cafeeira e de outros produtos agrícolas foi a principal atividade econômica de Juiz de Fora até, pelo menos, a década de 1920 (Carrara, 2021) e que em nenhum dos mapas analisados é possível encontrar vestígios dessas grandes propriedades e das estruturas próprias ao cultivo com mão de obra escravizada, a verdadeira responsável pelo capital que permitiu a construção da cidade e a posterior “fase industrial” da qual se vangloria. Outro exemplo dessa seletividade é a inexistência de qualquer registro cartográfico do quilombo que existia próximo ao Morro do Imperador e que, segundo relato de Albino Esteves no Álbum de Juiz de Fora (1915), foi extinto por decreto de Barbacena quando se iniciou a ocupação à margem direita do rio.

Quais mapas seria possível imaginar para Juiz de Fora se, por um momento, nos permitíssemos pensar nas outras dinâmicas e vivências do território que não passavam pelo crivo de Halfeld, Mariano Procópio e outros “pioneiros”? Como seria feita a cartografia da cidade se seus cartógrafos estivessem interessados em mapear as ocupações e sujeitos que foram soterrados ou esquecidos pelos planos urbanísticos e traçados de estradas e ferrovias? E se considerássemos, dando um passo atrás, que essas ocupações e sujeitos não foram, de fato, soterrados e esquecidos e que seus modos de viver e produzir a cidade continuam ativos, mesmo que seus mapeamentos e práticas não estejam registrados no arquivo?

### **Cartografia potencial da cidade**

A ideia de história potencial, de Ariella Azoulay (2019), parte da convicção de que a história foi inventada e instrumentalizada pelo imperialismo para suprir sua necessidade de lidar com o passado como algo fechado e consumado. Historiadores tradicionais estariam, então, subservientes ao desejo imperial de classificação e selagem dos acontecimentos e sujeitos sob o rótulo do passado. A história potencial proposta por ela, ao contrário, trabalha a partir de um desaprendizado do imperialismo e das suas

ferramentas, lançando mão de muitos tipos de *de-* e *re-* — desfazer, reverter, rebobinar, desconstruir, remover, reimaginar, decodificar...— e estando aberto à interação, à colaboração e às relações com os elementos que o arquivo pretende classificar como extintos, mas que continuam vivos e em operação.

Penso que a cartografia, assim como a história, também opera a serviço desse interesse imperial e que, para oferecer a ela uma oportunidade de operar fora desse regime, é preciso desaprender os modos do mapa, propor desconstruções, reinterpretações, fabulações, retirá-lo da arena de uma representação cartesiana dos espaços e oferta-lo a outras linguagens, outras paisagens e, principalmente, outros cartógrafos. Uma cartografia potencial de Juiz de Fora daria a ver os espaços, sujeitos e vivências que os outros mapas e a história oficial consideraram extintos; uma cartografia potencial de Juiz de Fora olharia para o traçado urbano à procura de outros vestígios, que não digam sobre as empreitadas heróicas dos senhores de escravos do passado, mas sobre as apropriações, usos, rasuras e reivindicações de protagonismo que insurgem quando olhamos para a cidade com outros olhos que não o do arquivo.

No contexto de Juiz de Fora, algumas iniciativas já performam o que chamo, aqui, de cartografia potencial. Elas são colocadas em prática, em pequena ou maior escala, por sujeitos e comunidades que não cedem diante das tentativas de arquivamento. Esses esforços protegem as histórias que sobrevivem para além da escrita da história oficial e tomam forma de diferentes maneiras, em uma lógica que, muitas vezes, não compartilha dos procedimentos de comprovação e validação da cartografia hegemônica. Por esse motivo, seus produtos extrapolam o mapa, ganham o corpo, se tornam percursos, lançam mão das imagens... mapeiam de forma a “romper o circuito fechado de mapas e criar cartografias”, como indica Suely Rolnik (2007, p. 110).

A primeira dessas iniciativas de reivindicação por um lugar nos mapas e na história da cidade sobre a qual falarei é a caminhada *Juiz de Fora Negra*, organizada pela Damata Cultural, que convida a população para um percurso pelo centro da cidade que tem por objetivo compartilhar “as histórias que a história não conta” sobre a memória negra de Juiz de Fora. Partindo do Parque Halfeld, cruzando o rio e finalizando o trajeto no Mirante São Bernardo, a caminhada performa uma espécie de retorno simbólico às origens da cidade que os mapas do século XIX buscaram apagar, sempre sobrepondo a história oficial atribuída aos pontos do percurso com outras

histórias e personalidades negras que não são incluídas no discurso da Manchester mineira.



Figura 3: Mapa indicando o trajeto da caminhada Juiz de Fora Negra, realizada no dia 18 de março de 2023. Mapa confeccionado pela autora

Um desses tensionamentos é feito já no ponto inicial do trajeto: ao invés de falar sobre o engenheiro que dá nome ao parque, Beto Silva Cruz — um dos narradores do tour — fala sobre Roza Cabinda, personagem que, nos últimos anos, ganhou espaço nas conversas sobre a história de Juiz de Fora e se tornou um símbolo da resistência negra na cidade. Roza Cabinda era uma das mulheres escravizadas pela família Halfeld e, na década de 1870, entrou na justiça para garantir o direito de comprar a própria alforria, que havia sido negada pelo senhor mesmo após pagas as devidas indenizações. Os detalhes do processo<sup>3</sup>, encontrado em uma das centenas de caixas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, registram o embate de Roza contra um dos mais proeminentes nomes

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre o processo de Roza Cabinda, consultar Mendonça, 2015.

da elite juizforana e trazem à tona a faceta de Halfeld que a história oficial trabalhou cuidadosamente para ocultar.

Continuando a caminhada, o grupo para sobre o cruzamento entre as ruas Halfeld e Batista de Oliveira, local indicado por Beto como a linha do apartheid juizforano. Tendo por base a pesquisa de Rita de Cássia Félix (2015), o narrador informa que o lendário *footing* da rua Halfeld, celebrado pela literatura local e rememorado pelos mais velhos, era segregado, havendo uma proibição tácita da circulação de pessoas negras no trecho entre a rua Batista de Oliveira e a Avenida Rio Branco (antiga Rua Direita). Essa informação de que havia uma espécie de interdição dos corpos negros na Rua Halfeld também aparece nos relatos recolhidos pela pesquisadora Giane de Almeida (2009), em sua dissertação de mestrado, nos quais a Rua Marechal aparece como a alternativa encontrada pela população negra para a realização do *footing* e das compras.

Para além de indicar os espaços de segregação e as lutas, a caminhada também insiste em demarcar os espaços de resistência, de festa e socialização. Na altura da galeria Álvaro Braga, ouvimos sobre o Elite, clube social negro que servia como espaço de sociabilidade, assessoria e ativismo para a população (também estudado pela pesquisadora Rita de Cássia Félix (2015)); já nas imediações do Rio Paraibuna, ouvimos sobre a escola de samba Turunas do Riachuelo, a primeira de Minas Gerais, espaço de festa e arte com massiva participação negra; sob o viaduto Hélio Fadel Araújo, recém construído, os narradores da caminhada falam sobre o processo de ocupação e ativação do baixio pelo movimento *hip-hop* na cidade, que organiza batalhas de MC's e saraus. Por fim, a caminhada atravessa o rio e faz a subida até o mirante São Bernardo, local que oferece uma vista pouco explorada de Juiz de Fora, um ponto de vista a partir da periferia e a partir da vizinhança onde, um dia, a Fazenda do Juiz de Fora e o Caminho Novo estiveram. A finalização da caminhada neste ponto acena para as ocupações que precederam o gesto urbanizador de Halfeld, desenhando uma outra possibilidade de cartografia para narrar a história da cidade.

Durante a caminhada, muitos personagens e histórias são acionados para desestabilizar as narrativas correntes e produzir novos sentidos para o passado de Juiz de Fora. A experiência da caminhada se tornou uma referência de prática, para mim, principalmente pela possibilidade de tensionar as narrativas sobre a cidade de forma

especializada, mobilizando o corpo no espaço como uma forma de cartografar esses outros pontos de vistas e experiências urbanas.

A segunda iniciativa de cartografia potencial que mapeei foi o *Cartografias Afetivas*, coordenado pela arquiteta urbanista e artista Tata Rocha. A ideia do projeto surgiu a partir de um lugar muito pessoal: como moradora do Santo Antônio — bairro que se encontra onde um dia estive a parada de tropeiros do Morro da Boiada —, Tássia passou a se interessar pelo estudo do seu próprio lugar, de compreender as dinâmicas ao redor do bairro a partir de uma abordagem transdisciplinar, que passasse, sim, pelo urbanismo, mas que oferecesse outras possibilidades de compreensão e interação com o espaço, especialmente a partir da arte.

A partir desse encontro de desejos e abordagens, o *Cartografias Afetivas* surgiu como uma proposta de arte-educação urbana, termo que a autora criou para caracterizar uma proposta de arte-educação interessada na cidade e em suas vivências, explorando as possibilidades que existem para além do que o urbanismo, como campo, tem a oferecer. O projeto escolheu o nono ano da Escola Municipal Dante Jaime Brochado, localizada no Santo Antônio, como um primeiro grupo de cartógrafos experimentais, juntamente com os quais as atividades propostas buscariam “estimular o pensamento crítico, a criatividade e trazer à tona manifestações populares e periféricas, além de usar a memória e o pertencimento como resistência.” (Rocha, 2022, p. 4-5).

A proposta, que teve início logo após o começo da pandemia de Covid-19, encarou o desafio de se adaptar ao modelo de ensino remoto e construir uma possibilidade de cartografia coletiva do Santo Antônio mesmo que essa coletividade estivesse comprometida pelo isolamento social. A equipe do projeto elaborou, então, um ciclo de atividades dividido em cinco cadernos temáticos, cada um deles acompanhado de materiais complementares e vídeos. O primeiro caderno se chamava *Apresentação*, e funcionava como um introdução à proposta, à história do bairro — um dos materiais complementares foram os vídeos-entrevistas gravados com o pesquisador Antônio Carlos Lemos, principal expoente da luta pelo reconhecimento do Morro da Boiada como origem da cidade — e a um vocabulário básico que seria utilizado ao longo das atividades; o segundo, se chamava *Mapeamento* e ia acompanhado de um mapa do bairro impresso em A1 e uma cartela de ícones afetivos, que eles deveriam utilizar para identificar os sentimentos e memórias que tinham em relação a cada parte do bairro; o

terceiro caderno se chamava *Deriva* e propunha uma caminhada livre pelo bairro, que fosse guiada pela curiosidade e pelos sentidos. O registro da caminhada podia ser entregue no formato que o estudante desejasse: vídeos, fotografias, pequenos textos, mapas, etc. O quarto e quinto cadernos, que já puderam ser compartilhados de forma presencial, chamavam-se *criação* e *análise* e propunham um exercício de colagem a partir de todas as impressões e sensações que a experiência de mapear e refletir sobre o bairro havia proporcionado. As colagens, inicialmente individuais e, posteriormente, coletivas, articularam imagens, palavras, recortes, em uma cartografia feita com cola e tesoura, a partir de uma vivência do corpo. A etapa de análise também se deu no formato de escuta, momento em que os mapas e colagens produzidos por eles se juntaram às palavras que eles próprios tinham a dizer sobre a experiência e também às histórias e opiniões que outros moradores tinham para dar.



Figura 4: Cadernos, mapas e cartela de ícones que orientaram a cartografia proposta pelo projeto Cartografias Afetivas.  
Fonte: Rocha, 2022.

A relação entre esse corpo *outro* que cartografa, a cidade e as linguagens fica bem exemplificada no trecho a seguir, retirado do fotolivro *Cartografias Afetivas* (Rocha, 2022, p. 6), que foi produzido como um registro visual da experiência:

Entendemos a cidade como um organismo vivo onde nossos corpos são capazes de interferir ativamente, criando uma relação de afetos dentro deste sistema, ou seja, afetamos e somos afetados diariamente pelo território e por suas dinâmicas. Por isso, o *Cartografias Afetivas* traz o bairro como objeto de estudo, convidando cada um a observar e refletir atentamente a respeito de tudo aquilo que o cerca — a casa, a rua, o bairro e a cidade. Com os alunos, buscamos explorar nossa relação enquanto indivíduos com cada um desses espaços, passando por diferentes linguagens: o mapa cartesiano, o mapa afetivo, o corpo na cidade, a imagem e a palavra. A cidade é como um ‘corpo’, um lugar onde estão depositadas as mais diversas lembranças do passado e um campo fértil para desenvolver os nossos desejos. Para isso é preciso tomar parte, estar ciente e querer produzir um espaço mais próximo do que os nossos corações desejam!

A cartografia potencial que as atividades do projeto performam possibilitaram que os estudantes tomassem parte do próprio território, entendessem seu entrelaçamento com a história de Juiz de Fora e, talvez o mais importante, pudessem se entender como sujeitos produtores da cidade, corpos que podem reivindicar os espaços do desejo e que têm direito à memória. A cartografia de mapas, caminhadas, colagens e palavras possibilitou aos estudantes (e a outras pessoas também atravessadas pelas atividades) um olhar para o próprio bairro que desafia as noções impostas pelo arquivo e o pretensão apagamento produzido pela ausência da região nos mapas “históricos” da cidade.



Figura 5: Atividade de mapeamento coletivo na Escola Municipal Dante Jaime Brochado, proposta pelo projeto Cartografias Afetivas. Fonte: Rocha, 2022

### Notas finais

Ursula Le Guin (1997), no texto *The carrier bag theory of fiction*, defende a ideia das histórias-cesta: histórias que substituem a flecha e a ação sanguinária do herói pela cesta tecida, onde carregam-se nozes e frutos. Le Guin entende o recipiente (entre eles, a cesta) como a primeira e talvez mais importante tecnologia de sobrevivência dos humanos na pré-história. Preterida na comparação com as armas e outras tecnologias de destruição, a cesta foi, na verdade, a tecnologia que permitiu a coleta dos alimentos, o transporte dos bebês e o armazenamento dos suprimentos para que não fosse preciso trabalhar todos os dias. Ela sugere, então, que, na escrita de uma história, ao invés de acompanharmos os homens em uma caçada sanguinária que termina com a vitória triunfal da obtenção da carne, acompanhemos as mulheres e suas cestas em uma coleta de fungos e sementes pela floresta. Histórias que têm conflitos, sim, mas cujo propósito não é “a resolução ou o êxtase, mas um processo contínuo” (Le Guin, 1997, n.p., tradução minha).

O que Le Guin propõe no campo da escrita das histórias me parece também uma boa proposição para os exercícios de cartografia potencial. Imaginar outros “mapas” para a cidade também exige uma troca dos traçados oficiais — impostos por pioneiros

conquistadores — pelos caminhos, saberes e vivências daqueles que carregam as cestas. Mapas que não estão interessados (apenas) nos gestos heroicos dos desbravadores, mas que procuram pelos processos contínuos, os esforços coletivos, o cultivo de laços comunitários, as políticas de cuidado com a cidade e as artesanias de produção do espaço urbano.

Pensar em uma cartografia potencial para Juiz de Fora demanda uma desaprendizagem dos mapas que, por muito tempo, serviram como “evidências” para uma história da cidade incompleta e insuficiente e pressupõe um outro processo de aprendizagem, feito na companhia daqueles que habitam as bordas dos mapas oficiais e que, apesar de tidos como esquecidos ou silenciados, nunca deixaram de produzir e cartografar a cidade.

## Referências

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de. *Entre palavras e silêncios: memórias da educação de mulheres negras em Juiz de Fora - 1950/1970*. 2009. 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

AZOULAY, Ariella A. *Potential History: Unlearning Imperialism*. Londres: Verso Books, 2019.

BATISTA, Rita de Cassia Souza Félix. *Clubes negros na espacialidade urbana de JUIZ DE FORA*. 2015. 213f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

CARRARA, Marina Lima. *Plano Howyan de Juiz de Fora: técnica, proselitismo e politicagem na Primeira República*. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 2015.

LE GUIN, Ursula K. *Dancing at the Edge of the World: Thoughts on Words, Women, Places*. Nova York: Grove Press, 1997.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; LOURES, José Pedro Pereira; COSTA, Rômulo Montan. Urbanização e transformações da rede hidrográfica: o exemplo do Rio Paraíba, em Juiz de Fora/MG. In: CARDOSO, Reinaldo; QUINTELA, João Batista. *Open Science Research IV*. Guarujá: Editora Científica Digital, p. 718-734.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; MELO, Renato da Silva; CARAMEZ, Luciano Alves Soares. Plantas urbanas de Juiz de Fora do século XIX: bases para o planejamento, ordenamento e gestão territorial. In: Anderson da Silva Marinho... [et al.] (orgs.). *Coletânea II: planejamento e gestão territorial em suas diversas amplitudes*. São Luis: EDUFMA, 2022, p. 193-202.

MARQUEZ, Renata. *Geografias portáteis: ensaio geográfico de crítica de arte*. Editora Piseagrama, 2019.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, Liliane Campbell de. *A busca da liberdade através da justiça e o papel dos advogados nesse processo: Juiz de Fora, segunda metade do século*. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Câmara de Vereadores, 2023.

ROCHA, Tata. *Cartografias Afetivas*. Juiz de Fora: Edições Macondo, 2022.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 2007.